

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.479 - SP (2019/0001639-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : BANCO FIBRA SA
ADVOGADOS : MICHELLE TOSHIKO TERADA - SP190473
ALEXANDRE SANSONE PACHECO E OUTRO(S) - SP160078
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : MÔNICA ESPOSITO DE MORAES ALMEIDA RIBEIRO -
S SP107964
REGINA PAULA RIBEIRO DE CARVALHO CASERTA E
OUTRO(S) - SP130252

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. IPVA. DECADÊNCIA. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. REGULARIDADE. PRESCRIÇÃO. PARÂMETROS. IPVA ATRASADO. INCIDÊNCIA DE MULTA DE 100% SOBRE O VALOR DA EXAÇÃO. NÃO CONFISCO. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo cuja ementa é a seguinte:

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. 1) Penhora “on line”. Intimação do executado para oferecimento de embargos. Necessidade. Intempestividade afastada. Decurso de prazo que não se inicia com a mera transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Sentença que rejeitou os embargos liminarmente anulada. 2) Julgamento do mérito nos termos do art. 515, §3º, do CPC. Prescrição arguida quanto aos exercícios de 2006, 2007 e 2008. Lançamento de ofício. Crédito regularmente constituído. Prazo prescricional que começou a fluir a partir do escoamento do prazo previsto em lei para o pagamento do imposto. Inteligência do art. 174 do CTN. Prescrição operada apenas quanto aos exercícios de 2006 e 2007. 3) Legitimidade da incidência de juros de mora sobre multa fiscal punitiva, a qual integra o crédito tributário. 4) Multa punitiva cominada em até 100% do valor da exação. Admissibilidade. Precedentes do E. STF e desta Câmara. Embargos parcialmente procedentes.

Os aclaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 276/279).

Opôs-se recurso especial hospedado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição da República, sob o argumento de que houve violação aos arts: 142, 149, I, 161 e 174 do CTN; 85, §§ 2º e 8º, 332, §1º, 487, II e 1.022 do CPC/15; bem como divergência jurisprudencial. Sustenta que, mesmo com a oposição dos aclaratórios, o Tribunal se manteve silente em relação a questões essenciais para o deslinde da causa; que houve prescrição dos créditos tributários na presente demanda e que a multa sobre o valor da dívida ativa é inconstitucional.

O recurso foi inadmitido pela decisão às fls. 318/320, cujos fundamentos foram

impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O recurso não merece conhecimento quanto a apontada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o recorrente quedou-se inerte quanto a demonstração das razões pelas quais teria esse sido violado pelo acórdão *a quo*. Incide, pois, o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

No que diz respeito à matéria de fundo, o Tribunal decidiu que (e-STJ fl. 258):

O direito de constituir crédito tributário referente ao IPVA não se inicia no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Isso porque o IPVA é imposto sujeito a lançamento de ofício e a constituição do crédito se dá no momento da notificação para pagamento e não na data da lavratura do auto de infração que aplica multa em razão do não pagamento do tributo.

Intocável, portanto, o entendimento da instância de origem, tendo em vista que o *dies a quo* do prazo prescricional, o Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento firmado pela sistemática dos recursos repetitivos, exarada por ocasião do julgamento do REsp 1.320.825/RJ, de que "a notificação do contribuinte para o recolhimento do IPVA perfectibiliza a constituição definitiva do crédito tributário, iniciando-se o prazo prescricional para a execução fiscal no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação".

Confira-se a ementa:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. IPVA. DECADÊNCIA. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. REGULARIDADE. PRESCRIÇÃO. PARÂMETROS.

1. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é lançado de ofício no início de cada exercício (art. 142 do CTN) e constituído definitivamente com a cientificação do contribuinte para o recolhimento da exação, a qual pode ser realizada por qualquer meio idôneo, como o envio de carnê ou a publicação de calendário de pagamento, com instruções para a sua efetivação.

2. Reconhecida a regular constituição do crédito tributário, não há mais que falar em prazo decadencial, mas sim em prescricional, cuja contagem deve se iniciar no dia seguinte à data do vencimento para o pagamento da exação, porquanto antes desse momento o crédito não é exigível do contribuinte.

3. Para o fim preconizado no art. 1.039 do CPC/2015, firma-se a seguinte tese: "A notificação do contribuinte para o recolhimento do IPVA perfectibiliza a constituição definitiva do crédito tributário, iniciando-se o prazo prescricional para a execução fiscal no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação." 4. Recurso especial parcialmente provido. Julgamento proferido pelo rito dos recursos repetitivos (art. 1.039 do CPC/2015).

(REsp 1320825/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 17/08/2016)

No tocando à multa, não há que se reformar o acórdão do Tribunal, porquanto se encontra de acordo com o entendimento do STJ.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. IPVA ATRASADO. INCIDÊNCIA DE MULTA DE 100% SOBRE O VALOR DA EXAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONFISCO.

I - A multa aplicada no campo tributário deve seguir os mesmos princípios existentes para este ramo do direito, pois, apesar de não ser tributo, restringe o mesmo direito fundamental que este, que é a propriedade. Assim, a proibição contida no art. 150, IV, da Constituição Federal, de instituição de tributo com efeito de confisco, também se aplica às multas decorrentes da exação.

Precedente do STF: ADI n. 1075/MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJ de 24/11/2006.

II - Não configura confisco, entretanto, a aplicação de multa de 100% sobre débito de IPVA, visto que a alíquota deste imposto, incidente sobre o valor venal do veículo, atinge parcela pouco expressiva do bem.

III - Recurso ordinário improvido.

(RMS 29.302/GO, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 25/06/2009)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL MOVIDA PARA COBRANÇA DE DÉBITOS DE IPVA. PRESCRIÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA N. 284/STF. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. MULTA MORATÓRIA. CUMULAÇÃO. JUROS DE MORA. POSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. HONORÁRIOS. SÚMULA N. 7/STJ.

I - Cuida-se de embargos à execução opostos pelo Banco FIBRA S/A em desfavor da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, nos autos da ação de execução fiscal, que objetiva o reconhecimento da prescrição dos débitos de IPVA referentes aos exercícios de 2006 a 2008. Insurge-se, também, em relação à multa de mora de 100% e à incidência de juros sobre a multa de mora.

II - Verifica-se que a parte agravante limitou-se a afirmar, em linhas gerais, que o acórdão recorrido incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar acerca das questões apresentadas nos embargos de declaração, o fazendo de forma genérica, sem desenvolver argumentos para demonstrar especificamente a suposta mácula. Dessa forma, não se verifica a alegada violação ao art. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015. III - A apresentação genérica de ofensa ao art. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015 atrai o comando do enunciado sumular n. 284/STF, inviabilizando o conhecimento dessa parcela recursal. Sobre o assunto, confirmam-se: AgInt no AREsp 962.465/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/4/2017, DJe 19/4/2017 e AgRg no AREsp 446.627/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/4/2017, DJe 17/4/2017.

IV - Com relação ao mérito, no que concerne à alegada violação do art. 161 do CTN, é cediça a possibilidade de cumulação dos juros de mora e multa moratória, tendo em vista que os dois institutos possuem natureza diversa: "A multa de mora pune o descumprimento da norma tributária que determinava o pagamento do tributo no vencimento.

V - Constitui, pois, penalidade cominada para desestimular o atraso nos recolhimentos. Já os juros moratórios, diferentemente, compensam a falta de disponibilidade dos recursos pelo sujeito ativo pelo período correspondente ao atraso" (Leandro Paulsen, in Direito Tributário, Constituição e Código Tributário à Luz da Doutrina e da Jurisprudência, Livraria do Advogado e ESMAFE, 8ª Ed., Porto Alegre, 2006, pág. 1.163). Nesse sentido: AgRg no REsp 1006243/PR, Rel.

Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 23/04/2009 e AgRg no AgRg no Ag 938.868/RS, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, julgado em 06.05.2008, DJe 04.06.2008.

VI - Ademais, importante considerar que o Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, consignou que a multa aplicada não configura confisco. Nesse caso, não há como aferir eventual violação dos normativos apontados sem que se reexamine o art. 150, V, da Constituição Federal, o que refoge ao âmbito do recurso especial.

VII - Consoante orientação da 2ª Turma desta Corte, a apuração do caráter confiscatório da multa tributária depende da interpretação da norma prevista no artigo 150, V, da Constituição Federal, o que refoge ao âmbito do recurso especial. Confirmam-se: AgRg no AREsp 649.770/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 25/03/2015 e AgRg no AREsp 187.444/RS, Rel.

Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/04/2013, DJe 19/04/2013.

VIII - Por fim, segundo tem reiteradamente decidido este Tribunal, a alegada violação, que busca aferir o quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, bem como a existência de sucumbência mínima ou recíproca, mostra-se inviável em recurso especial, tendo em vista ser necessário o reexame do conjunto fático-probatório.

IX - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1198702/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 08/06/2018)

Por fim, o suposto dissídio jurisprudencial não deve prosperar, porquanto, conforme jurisprudência acima demonstrada, a decisão do Tribunal *a quo* está em consonância com a do STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator